

## A Igreja Católica e as uniões homoafetivas\*

Pe. Luís Corrêa Lima\*\*

Novos ventos estão soprando na Igreja Católica. É bastante conhecida a tradicional oposição da hierarquia eclesial ao casamento gay, bem como às relações homoeróticas. No entanto, aconteceu um fato surpreendente: o presidente da Conferência dos Bispos da Alemanha, Robert Zollitsch, declarou-se a favor da união civil dos homossexuais. Em entrevista à revista *Der Spiegel* (18/02/2008), ele afirmou que se trata de uma questão da própria realidade social: se há pessoas com esta orientação, o Estado deve adotar uma legislação correspondente. Todavia, Zollitsch considera um erro a idéia de ‘matrimônio homossexual’, devido à sua própria concepção de matrimônio, essencialmente heterossexual.

À primeira vista, esta aprovação da união civil soa como uma divergência radical em relação ao papa. Afinal, a imagem de Bento 16 frequentemente é associada a conservadorismo ou intransigência. Mas as coisas não são bem assim. De fato, o papa defende com veemência o termo ‘matrimônio’ reservado à união heterossexual. Para ele, a verdade do matrimônio implica a realidade sexualmente diferenciada do homem e da mulher, com as suas exigências de complementaridade. O matrimônio tem também um forte sentido simbólico. Ele representa o vínculo sagrado que existe entre Cristo e a Igreja.

Quanto à união civil homoafetiva, o tom de Bento 16 é diferente. Ele tratou do assunto em um discurso a autoridades italianas no início de 2007. O papa ressaltava a importância de se ajudar materialmente as novas gerações a constituírem família e a terem filhos, enfrentando o sério problema da natalidade muito baixa na Itália. Neste contexto, referiu-se indiretamente ao reconhecimento jurídico das uniões gays. Tal reconhecimento enfraqueceria e desestabilizaria a família fundada no matrimônio. Por isso, ele ‘parece perigoso e contraproducente’.

Convém analisar os termos usados: ‘parece’ não quer dizer necessariamente que seja; ‘perigoso’ não significa abominável nem inadmissível. O fogo é perigoso. Pode produzir incêndio e morte. Mas com o devido cuidado, pode ser usado na cozinha de uma residência. Portanto, os termos do papa não são taxativos e nem encerram o debate.

Bem diferente foi o pronunciamento da Congregação para a Doutrina da Fé em 2003, assinado pelo então cardeal Ratzinger. A linguagem é bem dura: as uniões homossexuais são ‘nocivas’ à sociedade, e deve haver oposição clara e incisiva ao seu reconhecimento legal, sobretudo dos políticos católicos. Isto era bem de acordo com o pensamento de João Paulo 2º, a quem a Congregação obedecia. Wojtyła considerava a legalização daquelas uniões uma grave violação da lei de Deus e uma manifestação da astuciosa ‘ideologia do mal’.

Com isto se vê que há na Igreja uma diversidade de posições sobre o tema. E isto é compreensível. Afinal, a Igreja está alicerçada na milenar tradição judaico-cristã e, ao mesmo tempo, espalhada pelo mundo e vivendo na cultura moderna. No judaísmo antigo,

acreditava-se que o homem e a mulher foram criados um para o outro, para se unirem e procriarem. O homoerotismo era considerado uma abominação. Israel deveria se distinguir das outras nações de várias maneiras, inclusive pela proibição do homoerotismo. A Igreja herdou esta visão antropológica com sua interdição. No século 19, porém, surgiu o conceito de 'homossexualidade', que permite pensar esta realidade de outra maneira. A atração pelo mesmo sexo pode ser entendida como um dado da natureza. No entanto, até o final do século 20 a homossexualidade era considerada pela medicina uma doença, que muitos acreditavam ter cura.

Hoje há uma nova compreensão das coisas: a humanidade não é totalmente heterossexual, e a sociedade deve aprender a conviver e a lidar com as diferenças. A Igreja de certo modo acompanha a sociedade. João Paulo 2º tinha uma posição tradicional de forte rejeição. Bento 16, não mais sob as ordens de seu antecessor, faz restrições moderadas. Até porque o discurso papal tem uma repercussão mundial, em lugares e contextos muito diferentes. Por isso, ele tende a ser cauteloso na mudança de rumos. Já o bispo alemão Zollitsch - diante da realidade do seu país que desde 2002 reconhece legalmente as uniões homoafetivas - não vê estas uniões como uma ameaça à família e aprova o seu reconhecimento. Um presidente de uma conferência nacional de bispos não faria uma declaração dessas sem o respaldo interno dos outros bispos, e sem um amplo consenso da Igreja local. Assim se dão as mudanças na Igreja ao longo da história.

No Brasil, surgiu em 1995 um projeto de lei de união civil, da então deputada Marta Suplicy. Ele prevê que os termos 'matrimônio' e 'casamento' fiquem reservados às uniões heterossexuais, em razão de suas implicações ideológicas e religiosas. Para as uniões gays, usa-se 'parceria' e 'união civil'. Projetos posteriores estão na mesma linha, aliás, bem de acordo com o bispo do país do papa.

\* Versão revista de artigo publicado em O Globo (10/3/2008).

\*\* Pe. Luís Corrêa Lima é jesuíta e historiador.